



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____/2026
(Da Sra. Júlia Zanatta)

Solicita ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, informações detalhadas acerca da implementação, financiamento, governança, contratos e avaliação de riscos da estratégia de liberação de mosquitos *Aedes aegypti* infectados com a bactéria *Wolbachia* no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

ESTRUTURA DO PROGRAMA

- 1.1 Informar a base normativa que ampara a adoção da estratégia de liberação de mosquitos com *Wolbachia* no Brasil.
- 1.2 Especificar quando o programa foi formalmente incorporado às políticas do Ministério da Saúde.
- 1.3 Detalhar quais órgãos e unidades do Ministério são responsáveis pela coordenação, execução e fiscalização.

1. FINANCIAMENTO

- 2.1 Informar o valor total já despendido com o programa desde sua implementação.
- 2.2 Discriminar, ano a ano, os recursos orçamentários aplicados.
- 2.3 Identificar as rubricas orçamentárias utilizadas.
- 2.4 Informar se há repasses diretos ou indiretos à empresa Wolbito do Brasil, à Fiocruz, ao IBMP e ao World Mosquito Program (WMP), com respectivos valores.
- 2.5 Esclarecer se há ou houve financiamento internacional, incluindo recursos oriundos de fundações estrangeiras, especificando valores, datas e condicionantes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

2.6 Informar o custo estimado por município atendido e por habitante beneficiado.

2. CONTRATOS E PARCERIAS

3.1 Encaminhar cópia integral dos contratos, convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres firmados com:

- Wolbit do Brasil
- Fiocruz
- IBMP
- World Mosquito Program (WMP)

3.2 Informar:

- objeto contratual detalhado
- vigência
- valores
- metas e indicadores
- cláusulas de transferência de tecnologia
- cláusulas de confidencialidade

3.3 Esclarecer se há exclusividade contratual ou dependência tecnológica de fornecedores específicos.

3. Governança e controle;

4.1 Informar quais instâncias realizam o monitoramento e avaliação do programa.

4.2 Especificar se há auditorias independentes (internas ou externas).

4.3 Informar se o Tribunal de Contas da União ou a Controladoria Geral da União já realizaram fiscalização sobre o programa e quais foram os resultados.

4.4 Detalhar mecanismos de transparência ativa (publicação de dados, relatórios, indicadores, orçamento, pessoal envolvido e etc).

4. Base Científica e Risco





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

5.1 Encaminhar os estudos técnicos que embasam a adoção da estratégia em larga escala no Brasil.

5.2 Informar se existem estudos de impacto ambiental ou sobre seres humanos de longo prazo realizados em território nacional.

5.3 Especificar quais órgãos reguladores autorizaram a liberação dos mosquitos e se há acompanhamento da ANVISA.

5.4 Informar protocolos de contingência em caso de efeitos adversos ou falhas no programa.

5.5 Detalhar metodologia de monitoramento dos resultados epidemiológicos.

5. Implementação Territorial

6.1 Informar todos os municípios onde houve liberação de mosquitos.

6.2 Detalhar critérios utilizados para seleção das áreas.

6.3 Informar o quantitativo estimado de mosquitos liberados por localidade.

6.4 Especificar se houve consulta ou comunicação formal à população local.

6. Custo-Efetividade

7.1 Apresentar estudos comparativos entre a estratégia Wolbachia e outras políticas públicas (saneamento, controle vetorial tradicional, campanhas).

7.2 Informar indicadores de redução de casos de dengue, Zika e chikungunya nas áreas atendidas.

7.3 Especificar metas e resultados efetivamente alcançados.

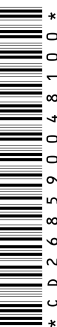
7. Soberania e Dados

8.1 Informar se há compartilhamento de dados com entidades internacionais.

8.2 Especificar quem detém a propriedade intelectual da tecnologia utilizada.

8.3 Esclarecer se há dependência de insumos, protocolos ou know-how estrangeiro.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

A implementação, em larga escala, da estratégia de liberação de mosquitos *Aedes aegypti* infectados com a bactéria *Wolbachia* no território nacional insere-se no âmbito de políticas públicas de alto impacto sanitário, ambiental e orçamentário, exigindo, portanto, elevado grau de transparência, governança e controle institucional.

Trata-se de iniciativa que envolve a produção massiva e a liberação deliberada de organismos biológicos no meio ambiente, com potencial de efeitos sistêmicos e duradouros, o que impõe a observância rigorosa dos princípios da precaução, da publicidade, da eficiência e da responsabilidade administrativa na condução da política pública.

Adicionalmente, a existência de biofábrica dedicada à produção desses organismos, operada por meio de arranjo institucional que envolve entidades públicas nacionais e organizações internacionais, aliada à informação de que o financiamento atual é majoritariamente custeado com recursos públicos, eleva a necessidade de escrutínio parlamentar quanto à correta aplicação dos recursos, à estrutura contratual adotada e à eventual existência de dependência tecnológica externa.

Nesse contexto, é imprescindível esclarecer os fundamentos técnicos que embasam a expansão da estratégia, os critérios de tomada de decisão, os mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, bem como os estudos de impacto ambiental e sanitário de longo prazo, especialmente em território nacional.

Igualmente relevante é a verificação dos custos envolvidos, da eficiência comparativa da política em relação a outras estratégias de combate às arboviroses, bem como da transparência dos contratos, convênios e acordos firmados com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Ressalte-se que políticas públicas dessa natureza, implementadas em escala populacional, não podem prescindir de controle democrático efetivo, tampouco de ampla prestação de contas à sociedade e ao Parlamento, sob pena de fragilização da legitimidade institucional e da confiança pública.

Dessa forma, o presente Requerimento de Informação visa assegurar o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, garantindo que a execução da política pública observe os parâmetros constitucionais de legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos..

Sala das Sessões, em 31 de março de 2026





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

Deputada Federal **Júlia Zanatta**
(PL/SC).

Apresentação: 02/04/2026 16:38:31.317 - Mesa

RIC n.756/2026



Câmara dos Deputados | Anexo IV - 4º andar - Gabinete 448 | 70100-970 Brasília DF
Tel (61) 3215-5448 | dep.juliazanatta@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268590048100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta



* C D 2 6 8 5 9 0 0 4 8 1 0 0 *